



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

MARIANA DE SOUZA OLIVEIRA

**A IMPORTÂNCIA DO PROJETO *EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS:*
CONSTRUINDO SUJEITOS DE DIREITOS NO CURSO DE
PEDAGOGIA/CE/UFPB – PROLICEN/UFPB (2014-2015) PARA A FORMAÇÃO
DOCENTE**

JOÃO PESSOA
MAIO DE 2019

MARIANA DE SOUZA OLIVEIRA

**A IMPORTÂNCIA DO PROJETO *EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS:*
CONSTRUINDO SUJEITOS DE DIREITOS NO CURSO DE
PEDAGOGIA/CE/UEPB – PROLICEN/UEPB (2014-2015) PARA A FORMAÇÃO
DOCENTE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba (UEPB) como requisito à obtenção do título de Licenciatura Plena em Pedagogia.

**Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Elizete
Guimarães Carvalho**

JOÃO PESSOA

MAIO DE 2019

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

O48i Oliveira, Mariana de Souza.
A IMPORTÂNCIA DO PROJETO EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS:
CONSTRUINDO SUJEITOS DE DIREITOS NO CURSO DE
PEDAGOGIA/CE/UFPB ? PROLICEN/UFPB (2014-2015) PARA A
FORMAÇÃO DOCENTE / Mariana de Souza Oliveira. - João
Pessoa, 2019.
45 f. : il.

Orientação: Maria Elizete Carvalho.
Monografia (Graduação) - UFPB/de Educação.

1. Educação em Direitos Humanos; Formação docente. I.
Carvalho, Maria Elizete. II. Título.

UFPB/BC

MARIANA DE SOUZA OLIVEIRA

**A IMPORTÂNCIA DO PROJETO *EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS:*
CONSTRUINDO SUJEITOS DE DIREITOS NO CURSO DE
PEDAGOGIA/CE/UFPB – PROLICEN/UFPB (2014-2015) PARA A FORMAÇÃO
DOCENTE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) como requisito à obtenção do título de Licenciatura Plena em Pedagogia.

Data da aprovação: 14 / 05 / 2019

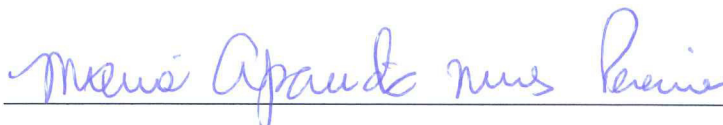
Banca examinadora:



Prof.^a Dr.^a Maria Elizete Guimarães Carvalho (UFPB - Campus I)
Orientadora



Profa. Dra. Roseane Maria de Amorim (UFPB - Campus I)
Examinadora



Profa. Dra. Maria Aparecida Nunes (UFPB - Campus I)
Examinador

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço ao meu Deus, que, com sua infinita misericórdia, graça e amor, permitiu-me chegar até aqui. Toda glória e toda honra sejam apenas a Ele.

À minha família, que sempre esteve ao meu lado. Em especial à minha mãe, Bernadete, que por vezes negou a si mesma para que eu pudesse permanecer e chegar aqui. És para mim o maior exemplo de amor e abdicção. Te amo! Também a meu pai, José Neviton, que, mesmo distante fisicamente, sempre se fez presente. À minha irmã, Maria Luisa, que sempre esteve comigo; serás a próxima! A meu irmão, Nelcinei, que, mesmo tão distante fisicamente, sempre esteve presente, auxiliando-me e me motivando. Esta conquista é nossa! Amo vocês!

A meu namorado, Charles Marques, que tem me auxiliado de forma tão carinhosa e paciente. Vejo o cuidado de Deus para comigo através de você. Te amo!

À minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Maria Elizete Guimarães Carvalho, a quem devo grande parte dos conhecimentos adquiridos na academia. Obrigada por acreditar em mim, sempre além daquilo que eu mesmo imaginei, bem como por cada incentivo, “puxão de orelhas”, conversa e apoio durante estes anos, quer seja como integrante do grupo do PROLICEN ou no período em que fui Monitora das disciplinas de História da Educação I e II. Mais uma vez, muito obrigada!

A Ana Danielly, que carinhosamente chamo de Dani, a quem tive o privilégio de conviver durante a minha trajetória acadêmica. Obrigada por suas correções, bem como por sua paciência e torcida durante todo o tempo.

Aos amigos que eu trago mesmo antes da academia, agradeço por toda compreensão e paciência; não citarei nomes para não ser injusta e esquecer alguém. Amo vocês!

Às pessoas com quem convivi durante estes longos anos de curso, em especial a Amanda de Santana, Bruna Meirellis, Felipe Ivo, Guthierry Cassiano, Maraiane Pinto, Márcia Isabella, Mayara Jales, Paulo Ricardo, Rossana Farias e Walquiria Lima. Muito obrigada por cada sorriso, lágrima, angústia e felicidade compartilhada, eu aprendi demais com vocês. Levarei cada um para o resto da minha vida.

Ao colégio Século, onde eu tive minha primeira experiência com a educação, em especial a Nadja Mendes, que dia após dia me inspira e faz com que eu me apaixone ainda mais pela educação.

Aos professores da Universidade Federal da Paraíba, examinadores desse trabalho, e aos demais, que, ao longo desses anos, compartilharam conhecimento comigo.

Por fim, meus sinceros agradecimentos a todos que, de forma direta ou indireta, contribuíram para a minha formação.

Dedico este trabalho à minha família, em especial aos meus pais, José Neviton e Bernadete, e aos meus irmãos, Maria Luisa e Nelcinei, que sempre estiveram ao meu lado durante essa jornada.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo refletir acerca das histórias e memórias construídas sobre o projeto *Educação em Direitos Humanos: construindo sujeitos de direito no curso de Pedagogia/CE/UFPB*, desenvolvido nos anos de 2014 e 2015, nas turmas do primeiro e segundo períodos. Partindo do pressuposto da importância de educar em direitos humanos, tendo por finalidade a formação de futuros educadores sensíveis e capazes de participar na formação de sujeitos conscientes dos seus direitos e deveres, consideraram-se as aprendizagens e construções cidadãs desenvolvidas nas/pelas turmas no decorrer das intervenções. O trabalho realizou-se a partir da reconstrução da memória dos sujeitos que participaram do projeto, quer seja como parte da turma onde se aplicava o projeto, quer seja como parte do grupo de bolsistas e voluntários. Sendo de caráter qualitativo, a pesquisa norteou-se a partir da história e da memória de tais sujeitos, podendo, assim, observar a importância do projeto para a elevação qualitativa do curso de Pedagogia. Entretanto, para que isso fosse possível, foi realizado um levantamento de fontes escritas (bibliográfica e documental). Dentre os autores estudados, é possível citarmos Bobbio (2004), Carvalho (2012), Freire (1983; 2000), Zenaide (2014), entre outros. Nesse sentido, também investigamos alguns documentos legais, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Por fim, foi possível observar a relevância que o projeto teve na formação dos sujeitos que, de alguma forma, dele participaram, percebendo-se modificações em comportamentos e posturas, quanto a situações do cotidiano, acadêmicas e pessoais. Observa-se que os sujeitos estão mais reflexivos frente aos seus direitos e deveres, bem como demonstram empatia quanto ao direito do outro, percebendo-se a relevância da educação em direitos humanos efetivar-se na formação docente e na convivência com o outro, considerando a formação do sujeito de direitos.

Palavras-chave: Educação em Direitos Humanos; Formação docente; Histórias e memórias.

ABSTRACT

The hereto paper aims a reflection about the history and memories gathered throughout the project *Education in Human Rights: building subjects of the Law in the course of Pedagogy/CE/UFPB* developed in the calendar years of 2014 and 2015, throughout the first and second semesters. Based on the importance of human rights education and having as a goal to train future educators capable of participating in the process of forming new citizens, conscious of their rights and duties; it was taken under consideration the lectures and citizenship actions performed in classroom and by the project workers during the tryouts. This paper was written based on the subjects' recalled memories and experiences, of those who participated in the project as part of the class, or by a group of interns and volunteers. As a qualitative research, this work was based on the history and memories of such subjects, which enabled the observation of the importance of this project to the quality advancement of the Pedagogy Course, thus a detailed study of written sources (bibliography and documental) was performed in order to arrive at these conclusions. Amongst the authors studied in this research, we cite: Bobbio (2004), Carvalho (2012), Freire (1983; 2000), Zenaide (2014), and others. Similarly, it was also investigated some legal documents, such as the Universal Declaration of Human Rights. As a result, it is possible to observe the relevance the project had over some subjects who in some way participated in the project, as well as a noticeable change in behavior and actions when facing some personal and academic routine situations. It is also possible to observe that some are now more thoughtful in regard to their rights and duties, empathizing more in relation to others people's rights, recognizing how relevant education in human rights is and how it affects the academic formation of a docent and also in daily life regarding others, taking under consideration the formation of a human being as a subject of the Law.

Key-words: Education in Human Rights, docent formation, history and memories.

*Não a nós, Senhor, não a nós, mas ao teu nome dá glória,
por amor da tua benignidade e da tua verdade.*
(Salmos 115:1 – Bíblia Sagrada)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. TRAJETÓRIA DO PROJETO <i>EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: CONSTRUINDO SUJEITOS DE DIREITOS NO CURSO DE PEDAGOGIA/CE/UFPB – PROLICEN/UFPB: CONSCIENTIZAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO DE FUTUROS EDUCADORES</i>	16
1.1. Situando o programa de licenciatura - PROLICEN/UFPB	16
1.2. Breve histórico do curso de Pedagogia na UFPB	21
1.3. Educação em Direitos Humanos	25
2. EXPERIÊNCIAS E VIVÊNCIAS DO PROJETO PROLICEN/UFPB NAS SALAS DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UFPB: QUANDO A FORMAÇÃO TRANSFORMA	29
2.1. Memórias e histórias dos encontros realizados no Curso de Pedagogia/CE/UFPB	29
2.2. A construção dos sujeitos de direito nas turmas de Pedagogia/CE/UFPB ...	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
REFERÊNCIAS	43
ANEXOS	45

INTRODUÇÃO

Partindo da perspectiva da relevância de educar os sujeitos em/para os direitos humanos, surgiu o desejo pela realização da presente pesquisa. Esse desejo se deu a partir das experiências vivenciadas no projeto *Educação em Direitos Humanos: construindo sujeitos de direito no curso de Pedagogia/CE/UFPB*, no qual tivemos a oportunidade de participar em 2014, ano em que o projeto passou a ser realizado nas turmas do curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), durante a realização da disciplina de História da Educação I. É importante frisarmos que o projeto supracitado vinha sendo aplicado em turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA) em duas escolas de educação básica da rede Municipal de João Pessoa durante os anos de 2011 a 2013, sendo intitulado *Educação em Direitos Humanos: construindo sujeitos de direito nas salas de EJA*.

Assim, após aplicação nas turmas de EJA, os alunos foram despertados quanto à importância desta educação em e para os Direitos Humanos (DH), e logo fizeram a sugestão de o projeto ser aplicado nas salas de formação de professores, para que, assim, o alcance pudesse ser ainda maior, momento este em que o projeto passou então a ser direcionado às turmas de Pedagogia, as quais esta pesquisa objetiva estudar.

Destarte, mediante as experiências e memórias construídas no decorrer do referido projeto, surge o interesse em saber quais foram as contribuições deste projeto, quando realizado nos anos de 2014 e 2015, nas turmas de História da Educação I e II, disciplinas ofertadas no primeiro e segundo períodos do curso de Pedagogia da UFPB, ministradas no turno da noite pela Professora Doutora Maria Elizete Guimarães Carvalho¹, coordenadora e idealizadora do projeto, que contava ainda com a colaboração da Professora Doutora Grinaura de Medeiros Morais².

Desse modo, partindo da perspectiva de educar os sujeitos para o exercício da cidadania consciente de seus direitos e deveres, estamos nos reportando a uma educação capaz de tornar os sujeitos conhecedores dos seus direitos fundamentais, preservando sua dignidade enquanto humanos, como nos traz Dallari (2014):

¹ Professora da Universidade Federal da Paraíba. Coordenadora do projeto *Educação em Direitos Humanos: construindo sujeitos de direitos no curso de Pedagogia/CE/UFPB*.

² Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Colaboradora do projeto *Educação em Direitos Humanos: construindo sujeitos de direitos no curso de Pedagogia/CE/UFPB*.

Ao falar de Direitos Humanos, refiro-me aos direitos fundamentais da pessoa humana. Eles são ditos fundamentais por que é necessário reconhecê-los, protege-los e promove-los quando se pretende preservar a dignidade humana e oferecer possibilidades de desenvolvimento. Eles equivalem às necessidades humanas fundamentais. (DALLARI, 2004, p. 25)

Tomando por base uma educação sensível e capaz de conscientizar, o projeto supracitado se dá inicialmente a partir de reuniões para estudos de textos bibliográficos, bem como de documentos que são aporte para assegurar a efetivação dos direitos. Os participantes do projeto também se reuniam para organizar as intervenções a serem realizadas nas turmas de Pedagogia, nas quais este projeto se aplicava. Participaram dessas reuniões, que aconteciam de forma semanal, o grupo de bolsistas e voluntários, juntamente com a Professora, coordenadora e orientadora do projeto.

Após tais momentos de levantamento bibliográfico e estudos, o grupo seguia para as salas de Pedagogia, e, de maneira dialógica, utilizava os Círculos de Diálogo freireanos, em que, a partir de um momento de reflexão inicial, logo se iniciavam as discussões e a partilha de situações que de algum modo violariam os direitos. Assim, foram se constituindo as intervenções bem como pouco a pouco foram construindo-se sujeitos de direito.

Temos como objetivo principal fazer um resgate da memória desses sujeitos sobre a proposta educativa, percebendo as contribuições reais que o projeto *Educação em Direitos Humanos: construindo sujeitos de direito no curso de Pedagogia/CE/UFPB* teve na formação de tais futuros educadores, bem como em suas relações pessoais e profissionais. Durante o período de aplicação do projeto, foi possível observarmos que, ao serem incentivados, os alunos buscavam em suas memórias as violações de direitos sofridas no decorrer de suas vidas. Pretendemos mostrar o quanto a história do tempo presente e a rememoração de situações vivenciadas pelos indivíduos são relevantes para refletirmos sobre os fatos, situações, acontecimentos e sentimentos vivenciados por esses sujeitos no decorrer de suas vidas, levando-os à reflexão crítica acerca dessas situações.

Desse modo, após refletirem acerca dos direitos violados, em um momento de partilha dessas violações, puderam indignar-se, de modo a se comprometerem a lutar de forma contínua para a efetivação de seus direitos, que foram conquistados historicamente por lutas sangrentas. Puderam, assim, compreender também sobre a

indivisibilidade desses direitos, tomando consciência de que, quando um direito é violado, todos os demais também o são.

Logo, a partir dessas memórias partilhadas, foi possível também sensibilizá-los tanto quanto ao convívio social, como quanto à responsabilidade enquanto futuros educadores. Dessa maneira, terão consigo a oportunidade de educar em Direitos Humanos seus educandos, contribuindo para o crescimento intelectual e social destes, construindo novas formas de questionar o mundo e também modelos de comportamentos mais empáticos e preocupados com o outro.

Nessa perspectiva, esta pesquisa tem por objetivo refletir acerca das contribuições trazidas pelo projeto PROLICEN intitulado *Educação em Direitos Humanos: construindo sujeitos de direito no Curso de Pedagogia/CE/UFPB*, buscando compreender suas contribuições a partir da aplicação deste nas salas de aula, onde estão sendo formados futuros educadores, observando a elevação qualitativa do curso de Pedagogia da UFPB. Tal projeto é vinculado ao Programa de Licenciatura - PROLICEN, do qual sentimos a necessidade de conhecer o percurso histórico, partindo de sua criação até sua atuação e importância para a elevação qualitativa dos cursos de Licenciatura da UFPB.

Destarte, o presente trabalho foi sendo construído por meio de leituras realizadas em espaços como o ambiente dos professores no Centro de Educação - CE, Bibliotecas Central e setorial do referido centro, bem como em momentos de discussão realizadas pelo grupo de voluntários e bolsistas dos projetos de Extensão coordenados pela Professora orientadora e coordenadora do projeto foco deste estudo. Além desses espaços de pesquisa e discussão, algumas conversas informais também auxiliaram na construção de nosso trabalho.

Esta é uma pesquisa de caráter qualitativo, ou seja, que tem como método a investigação científica focada no caráter subjetivo do objeto a ser analisado, estudando suas especificidades, bem como as experiências individuais. Desse modo, utilizamos, como aporte teórico, fontes escritas (bibliográficas e documentais) e orais, através de conversas informais. Além disso, contamos com contribuições de teóricos como Bobbio (2004), Carvalho (2012), Freire (1983; 2000), Zenaide (2014), entre outros. Nesse sentido, também investigamos alguns documentos legais, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos e o edital do PROLICEN/UFPB dos anos de 2014 e 2015, recorte

temporal desta pesquisa (em anexo), assim como os relatórios finais do projeto referentes aos anos em estudo, trazendo ainda contribuições da memória e da história de estudiosos como Le Goff (2003) e Escarião (2014).

O trabalho está estruturado em dois capítulos. No primeiro, situamos o Programa de Licenciatura – PROLICEN, apresentando a história de sua criação, sua trajetória e seus desafios até os dias de hoje, bem como as suas contribuições para as licenciaturas. Também mostramos a história do curso de Pedagogia, partindo da criação do mesmo no Brasil até chegarmos ao presente na UFPB, instituição onde se dá a pesquisa, tendo como foco os alunos de primeiro e segundo períodos do turno da noite.

Ainda no mesmo capítulo, apresentamos a trajetória percorrida no processo de educar em Direitos Humanos, ressaltando as dificuldades encontradas ao tratarmos a temática frente aos preconceitos trazidos pelos sujeitos a partir da marginalização veiculada pela sociedade acerca dos Direitos Humanos.

Já no segundo capítulo, apresentamos as memórias e experiências produzidas pelos graduandos em Pedagogia durante o período de realização do projeto, bem como se deu este processo a partir das intervenções e oficinas realizadas nos anos de 2014 e 2015. Em seguida, apresentamos os resultados desse projeto, como também sua relevância na formação de sujeitos de direito, através do relato de mudanças percebidas durante as intervenções e conversas acerca das temáticas.

Para finalizar, trazemos, em nossas considerações, a importância de conhecermos e dialogarmos acerca da história e memória de tais sujeitos, para que, assim, partindo da inquietação, resultado do ato de rememorar, eles possam conscientizar-se e sensibilizar-se acerca dos seus direitos e da importância de contribuírem para sua efetivação.

1. TRAJETÓRIA DO PROJETO *EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: CONSTRUINDO SUJEITOS DE DIREITOS NO CURSO DE PEDAGOGIA/CE/UEPB – PROLICEN/UEPB: CONSCIENTIZAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO DE FUTUROS EDUCADORES*

1.1. Situando o programa de licenciatura - PROLICEN/UEPB

Ao adentrarmos a realidade dos cursos de Licenciatura da Universidade Federal da Paraíba, podemos observar que alguns problemas são recorrentes a grande parte destas graduações. Dentre as maiores dificuldades encontradas no âmbito universitário, podemos citar o elevado número de estudantes que não consegue se habituar ao ritmo acadêmico, bem como a distância apresentada pelos professores que, em muitos casos, acabam sendo colocados como detentores do conhecimento, o que prejudica o processo de ensino-aprendizagem.

Um outro aspecto de suma importância a ser tratado é a grande distância entre a teoria e a prática, o que, por sua vez, acaba sendo o aspecto mais emergente, pois, ao estudar as teorias acerca da profissão ou do curso ao qual o aluno logo estará inserido, cria-se uma expectativa pautada no que foi estudado e conhecido de forma teórica na academia. Entretanto, ao chegar o momento de estágio, momento este que, durante o processo de formação, é um dos pontos mais importantes (pois, em sua maioria, é o primeiro contato pessoal e real com a futura área de atuação), este se dá apenas para observação e análise, sem que o aluno possa contribuir de forma a modificar e/ou auxiliar na melhoria de situações vivenciadas durante esse período.

Ao se deparar com a realidade encontrada nas suas respectivas áreas de atuação, os estudantes logo percebem que existe uma disparidade entre a teoria vista durante o período de formação acadêmica e a realidade do campo profissional. Situações como essa estão presentes em todas as esferas, entretanto, no que diz respeito aos cursos de formação de professores, tal problema é muito mais preocupante, pois se trata da formação de indivíduos com suas individualidades e especificidades. Cada um inserido em suas culturas e modos de viver, aspectos esses que muito interferem no que tange sua forma de aprender e de conhecer o mundo. Especificidades que só são

conhecidas quando os alunos adentram ao campo de estágio, o que, muitas vezes, resulta em sua evasão, fazendo com que cada vez mais a qualidade dos cursos de licenciatura diminua.

Partindo das problemáticas emergentes encontradas na academia e também a partir da preocupação com a qualidade dos cursos de Licenciatura, principalmente na área das ciências exatas, aproveitou-se do momento de debates e discussões acerca da temática, bem como do número considerável de professores presentes, para um pressionamento contra o Ministério da Educação e Cultura - MEC, a fim da criação de políticas que visassem à melhoria na formação de professores.

Destarte, frente às dificuldades encontradas nos cursos de Licenciatura distribuídos pelos diversos centros da Universidade Federal da Paraíba, principalmente no que tange a relação de distanciamento entre teoria e prática, levando a uma elevada taxa de evasão e desistências, passa a ser pensado, no ano de 1994, um programa de apoio à formação, capaz de envolver e desenvolver Ensino, Pesquisa e Extensão. O projeto intitulado PROLICEN foi discutido pela primeira vez no seminário “As licenciaturas em questão”, que contou com a participação de lideranças da comunidade acadêmica, tais como a coordenação da Pró-Reitoria de Graduação, coordenadores de curso, chefes de departamento, dentre outros. Ao perceberem a deficiência na área educacional, o programa foi criado e articulado.

Para que o referido programa fosse, de fato, concretizado, era necessário que houvesse um projeto que o justificasse, ou seja, um projeto que respaldasse a importância da existência de tal programa para auxiliar na elevação da qualidade dos cursos de Licenciatura. Nesse momento, o objetivo do PROLICEN não estava voltado apenas aos cursos da área de exatas, mas passava a contemplar também os demais cursos que tinham como objetivo a formação de professores.

Sendo assim, um projeto que, inicialmente intitulado como “Programa de Licenciatura – PROLICEN/UFPB”, foi encaminhando e analisado pelo MEC, sendo logo aprovado. Devido ao empenho de um grupo de professores em seu desenvolvimento, logo foi reconhecido e apoiado pelo então Governo Federal. Por meio de um edital, o MEC firmou uma parceria com a instituição, tornando o projeto mais

eficaz e motivador. Este processo se deu no ano de 1994, mesmo ano em que foi discutido no seminário “As licenciaturas em questão”.

A partir desta parceria firmada entre a UFPB e o MEC, o programa passou a ter recursos financeiros para que alunos e professores tivessem a possibilidade de se dedicar contando, com subsídios que ofereciam bolsas, compra de materiais necessários para uso no projeto, além de custeio de viagens de cunho acadêmico para participação em eventos. Tendo justificada a necessidade e a importância de um projeto que fosse capaz de articular teoria e prática de modo que envolvesse os alunos e professores, com a finalidade de melhoria dos cursos que tinham como essência a formação dos professores, competia aos professores interessados em trabalhar nessa área a elaboração de subprojetos, tendo por base o projeto inicial.

Assim, os subprojetos apresentados tinham disponibilizadas bolsas remuneradas aos professores coordenadores. O processo de implantação do programa se deu pelo MEC, durante o governo de Itamar Franco (1990-1994), que assumiu a presidência do país no período entre 1992 a 1994. Entretanto, no governo de Fernando Henrique Cardoso, entre os anos de 1995 a 2002, foi alegado que a Universidade Federal da Paraíba possuía recursos suficientes para custear tal programa, fazendo com que fossem cortados os “laços” financeiros com o MEC.

Durante esse período, quem ocupava o cargo de Reitor da UFPB era o Professor Neroaldo Pontes de Azevedo³. Este, por sua vez, entendendo a necessidade e a importância do PROLICEN para os cursos de Licenciatura, usou de sua autonomia e fez com que o programa se perpetuasse, sendo mantido com recursos próprios da instituição. A partir de então, o programa, antes intitulado PROLICEN/MEC, passou a se chamar PROLICEN/UFPB.

Inicialmente, o PROLICEN foi coordenado pela Professora Doutora Rita de Cassia Cavalcanti⁴ e, em seguida, passou por outras mulheres. No ano de 2014 (recorte temporal desta pesquisa), quem assumia a coordenação foi a também Professora Doutora

³ Professor da Universidade Federal da Paraíba, sendo reitor desta entre os anos de 1992 e 1996, período em que o PROLICEN/UFPB foi criado.

⁴ Professora da Universidade Federal da Paraíba. Foi a primeira coordenadora do PROLICEN, no ano de 1995, quando de sua criação.

Marilene Salgueiro Berto Machado⁵. Atualmente, quem está à frente do programa é o Professor Doutor Fábio do Nascimento Fonseca⁶.

O programa vem sendo executado com empenho e tem sido uma importante ferramenta na parceria entre as escolas, que, em suma, são o campo final de aplicabilidade dos projetos, e a Universidade, a instituição formadora. Entretanto, é importante destacarmos que esse programa vem sendo desenvolvido também na própria instituição, como é o caso do projeto no qual esta pesquisa se desenvolve. Essas parcerias se dão de forma que haja uma articulação entre teoria e prática. Segundo Amorim, Pereira, Porto e Barbosa (2011):

O desenvolvimento dos projetos do PROLICEN tem ainda propiciado uma efetiva relação orgânica entre os cursos de licenciatura da UFPB, como o cotidiano das escolas, envolvendo a participação dos (as) alunos (as) bolsistas, e voluntários (as), possibilitando que os (as) bolsistas percebam que a relação entre teoria e prática, a partir da sua inserção nos espaços cotidianos não se dicotomizam, mas são uma extensão da mesma. (AMORIM; PEREIRA; PORTO; BARBOSA, 2011, p. 7).

O maior objetivo do PROLICEN, no decorrer dos anos, tem sido desenvolver ações de melhoria da qualidade dos cursos de licenciatura, bem como a articulação entre teoria e prática. Conforme edital do programa no ano de 2015, o programa tem como objetivos a serem contemplados: desenvolver ações de melhoria da qualidade dos cursos de licenciatura e/ou cursos afins às licenciaturas da UFPB com a Educação Básica; propiciar uma efetiva articulação dos cursos de Licenciatura com a Educação Básica, favorecendo a integração e a parceria da UFPB com a Rede Pública de Ensino; atender os princípios e ações que favoreçam a qualidade e permanência da conclusão pelos alunos das diversas licenciaturas; promover a interdisciplinaridade entre as áreas de conhecimentos; favorecer a integração entre o ensino, a pesquisa e a extensão na formação de profissionais para a Educação Básica; definir atividades de intervenção nas áreas contempladas por cada projeto objetivando favorecer a formação do licenciado e a

⁵ Professora da Universidade Federal da Paraíba. Foi coordenadora do PROLICEN no ano de 2014.

⁶ Professor da Universidade Federal da Paraíba. Coordenador do PROLICEN entre os anos de 2015 e 2019.

melhoria da qualidade na Educação Básica. Com o passar do tempo, é possível observarmos o quanto o programa tem crescido e ganhado proporções satisfatórias. Ao percebermos a quantidade de projetos inscritos quando o programa ainda encontrava-se no seu início, foram vinte e dois (22) submetidos e aprovados contando com o apoio e oferta de quarenta (40) bolsas remuneradas. Hoje, o número de projetos submetidos ultrapassa os cento e cinquenta (150), bem como o número de bolsas remuneradas ofertadas.

Tal qual o programa cresce, as dificuldades e desafios também aumentam, pois, a cada ano, tem sido mais difícil na instituição o custeio de bolsas remuneradas, pois os recursos são limitados. Tendo em vista que a cada ano o número de professores e alunos interessados em participar do PROLICEN aumenta, é sabido que a oferta das bolsas que a universidade fornece torna-se mais disputada, fazendo com que, assim, alguns fiquem sem tal auxílio devido aos recursos limitados da UFPB, como nos relata Escarião (2014):

A coordenação do PROLICEN a cada ano que se iniciam os projetos precisa organizar-se financeiramente para disponibilizar bolsas remuneradas a cada ano que se segue, pois diferente de algumas bolsas da academia que recebe recurso financeiro do MEC, como o PIBIC⁷, o PROLICEN paga suas bolsas aos alunos envolvidos e selecionado para receber a bolsa com dinheiro da própria UFPB (ESCARIÃO, 2014, p. 1)

Diante do exposto, podemos compreender que o PROLICEN é uma ferramenta muito importante para a melhoria da qualidade dos cursos de licenciatura. Entretanto, o custeio do mesmo é alto, pois é um programa totalmente custeado pela própria instituição, sem que haja um investimento financeiro direto por parte de órgãos superiores, como o MEC.

Porém, importa salientar que, da mesma forma que o programa tem relevância para a formação docente de qualidade, as bolsas remuneradas são subsídios importantes para a permanência desses mesmos graduandos nos projetos, bem como nos cursos, pois, em sua maioria, é com o auxílio da bolsa que os alunos têm a possibilidade de participar e se dedicar aos projetos os quais fazem parte. Essa bolsa de quatrocentos

⁷ Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, que tem a intenção de apoiar e incentivar a política de iniciação científica criada nas Instituições de Ensino e Pesquisa de todo o Brasil. O programa oferece bolsas para estudantes de graduação integrados na pesquisa científica.

reais (R\$: 400,00) é o que, muitas vezes, ajuda no custeio de passagens para que o aluno possa se deslocar até a universidade, bem como ajuda também no custeio para participar de eventos dentro e fora da cidade ou no estado em que residem.

O ciclo anual do PROLICEN se dá a partir de edital, em que os professores da instituição encaminham seus projetos para análise. Após a aprovação do projeto, cabe ao professor dar início ao processo de seleção de alunos bolsistas e voluntários. Tal processo se dá por meio de entrevistas e provas dissertativas, bem como através da análise de Coeficiente de Rendimento Acadêmico do aluno - CRA. Este processo é de escolha do professor coordenador ou orientador do projeto.

Ao término da seleção, dá-se início aos estudos bibliográficos e orientações, para que, em seguida, inicie-se o processo de intervenção no campo de aplicação do projeto. Ao final do segundo período de aplicação, realiza-se o Encontro de Iniciação à Docência – ENID, no qual todos os projetos têm por obrigatoriedade participar. Esse é um momento de importância considerável para o programa, pois, além de expor o que os projetos desenvolveram durante o ano, é possível conhecer os demais projetos que o PROLICEN dispõe, possibilitando uma troca de saberes, ampliando os conhecimentos construídos não apenas no campo de atuação, mas também entre os envolvidos no programa.

Ademais, ao desenvolver a pesquisa do presente trabalho, percebemos a importância da atuação do PROLICEN para o avanço qualitativo dos cursos de Licenciatura na Universidade Federal da Paraíba. Esse projeto tem contribuído de forma direta e indireta não apenas no que diz respeito à formação acadêmica dos envolvidos, mas também no que diz respeito à formação cidadã e integral de tais sujeitos.

No tópico seguinte trataremos um breve histórico acerca da criação do Curso de Pedagogia, tanto no Brasil quanto na Paraíba, mais precisamente, na Universidade Federal da Paraíba, onde se dá esta pesquisa.

1.2. Breve histórico do curso de Pedagogia na UFPB

Tendo em vista que o projeto intitulado *Educação em Direitos Humanos: Construindo sujeitos de direitos no Curso de Pedagogia/CE/UFPB*, objeto deste trabalho, tem sua atuação nas turmas de Pedagogia da UFPB, buscou-se conhecer como

se deu a criação deste curso. Desse modo, sabendo que o processo educativo é um fenômeno natural do ser humano, quando este se dá de maneira intencional, faz surgir um saber específico. Tal saber denota-se como a ciência do ensino, ou seja, a Pedagogia. Porém, antes de adentrarmos a história de criação do curso na UFPB, é importante salientarmos que faremos uma breve discussão acerca da história do curso em nível nacional.

No Brasil, o curso de Pedagogia surge como um bacharelado na Faculdade Nacional de Filosofia, na Universidade do Brasil, localizada no Rio de Janeiro, por volta do ano de 1939. O curso tinha duração de três (3) anos, com o objetivo formar técnicos em educação aptos a assumirem cargos que atuavam na parte técnica do processo educativo, como coordenadores pedagógicos, supervisores escolares, inspetores do ensino etc.

Entretanto, durante o regime militar, houve uma reorganização do ensino superior, resultando também em uma modificação no curso de Pedagogia, tornando-o fracionado, ou seja, segmentado, de modo que os profissionais o terminavam não apenas como professores primários, mas com uma habilitação em uma das três (3) áreas de atuação: orientação escolar, supervisão escolar e gestão escolar. Essa nova organização do curso ficou conhecida como 3+1 (três mais um), que funcionava da seguinte forma: os três (3) primeiros anos de curso eram voltados para as disciplinas do bacharelado e o último tinha suas disciplinas voltadas para o processo educativo prático, ou seja, as didáticas. Sendo assim, o curso formava o pedagogo ao mesmo tempo bacharel e licenciado.

Vale ressaltar que, antes de o curso tornar-se uma Licenciatura, a formação dos professores primários se dava nas escolas normais, esquema também conhecido como magistério, que formava, durante o período de ginásio (hoje conhecido como ensino médio), professores normalistas, em sua maioria mulheres. Sendo assim, a graduação em bacharelado tinha um caráter mais voltado às teorias, enquanto a licenciatura voltava-se às didáticas.

Já na Paraíba, o curso de Pedagogia chegou no ano de 1955, na Universidade da Paraíba, atual Universidade Federal da Paraíba, instituição vinculada a projetos de ensino, pesquisa e extensão, sediada na capital João Pessoa. É o que está disposto no Projeto Político Pedagógico do referido curso.

Curso de graduação em Pedagogia, pertencente ao CE, Campus I da UFPB, foi criado pela Lei Estadual Nº 341 de 01.09.49, autorizado pelo Decreto Nº 30.909 de 27.05.52 e reconhecido pelo Decreto Presidencial Nº 38.146 de 25.10.55, vinculado inicialmente a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, que em 1969 passou a ser denominada Faculdade de Educação. Após sua extinção, em 1976, passou a integrar o Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) e, desde sua desvinculação em abril de 1979, tornou-se o Centro de Educação (UFPB, 2006, s/p.).

Atualmente, o curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba, no Campus I, localizado em João Pessoa, oferta turmas presenciais nos três turnos: matutino, vespertino e noturno, bem como na modalidade a distância. Entretanto, buscamos, com esta pesquisa, caracterizar os sujeitos que estão matriculados ou frequentando o turno da noite, tendo em vista que o projeto objeto desta pesquisa atua em tal turno. Consideramos fundamental a caracterização de tais sujeitos, para que, assim, se faça compreendida a importância do projeto na formação dos que estão em processo de formação profissional.

Em sua maioria, as turmas da noite são compostas por alunos que são trabalhadores, ou seja, que não possuem disponibilidade de estudar em outro turno, restando-lhes estudar após uma longa jornada de trabalho. Tais sujeitos trazem consigo expressões fatigadas, o que acaba dificultando sua concentração na aula. Alguns chegam a participar das aulas, mas sem a leitura prévia dos textos indicados pelos docentes, em decorrência da falta de tempo. Em alguns outros casos mais extremos, outros sequer conseguem se manter acordados durante grande parte da aula, devido ao cansaço.

Dentro desse grupo, encontramos diversos alunos que já possuem um histórico educacional marcado por violações de direitos. São alunos advindos da Educação de Jovens e Adultos, que tiveram acesso ao ensino básico de forma tardia, o que também acaba acontecendo no que tange ao curso superior, fator este que também é visto como uma problemática.

Outro aspecto importante na esfera noturna no curso de Pedagogia é o número reduzido de acesso e possibilidades de ingresso em projetos de ensino, pesquisa e extensão, como, por exemplo, o PROLICEN, o PIBIC e a monitoria, bem como a participação em eventos acadêmicos, que geralmente se dão nos turnos da manhã ou da

tarde. Desse modo, é importante ressaltarmos que, assim como foi supracitado, ao iniciarmos a discussão acerca da qualidade dos cursos de licenciatura, os graduandos de Pedagogia que estão matriculados no turno da noite se deparam com outros problemas que culminam na diminuição qualitativa de sua formação.

Dentre os problemas mais acentuados, temos a carga horária que, em suma, acaba sendo menor, pois as aulas que deveriam iniciar às dezenove (19) horas e terminar às vinte e duas (22) horas e vinte minutos (20) não acontecem com tal pontualidade. Dadas as características dos sujeitos que ali estão, a maioria dos docentes compreende que não há condições de iniciar a aula pontualmente, apesar de estarem em sala de aula, pois a maioria dos alunos saem dos seus respectivos empregos direto para a sala. Já no que tange ao horário de término, os docentes entendem que se faz inviável, por questões de segurança, quer seja no próprio Campus, quer seja no trajeto da universidade para casa, o término das aulas no horário previsto. Tal opção se dá pelas expressões de angústia na face dos alunos ao perceberem que estão correndo riscos, assim como pelo número de alunos que são de cidades adjacentes à capital, ou mesmo do interior do estado, precisando se ausentar da sala um pouco antes do término da aula para que possam pegar o transporte que os levará até sua residência.

Dado tais problemas quanto à carga horária do curso, por vezes, torna-se inviável aos professores liberarem suas turmas, que geralmente só possuem uma aula por semana, para participarem de eventos acadêmicos no mesmo horário das aulas, pois, com alguns minutos por semana, devido aos problemas com horário, pode ocorrer um grande atraso no calendário programático da disciplina. Esses docentes acabam ficando de mãos atadas, por compreender a necessidade da participação dos discentes nesses eventos, mas compreendem a importância de cumprir com o conteúdo já limitado proposto em sua grade, acabando por assumirem uma posição intermediária, liberando os alunos para eventos mais importantes para sua formação.

Desse modo, a deficiência no acesso a tais mecanismos complementares e essenciais a uma formação de qualidade nos cursos de Licenciatura acaba desmotivando grande parte dos alunos, que não conhecendo a importância da extensão, não apreciam a participação nos eventos. Destarte, torna-se essencial a presença de docentes mais sensíveis a todo o processo de formação de tais indivíduos.

1.3. Educação em Direitos Humanos

Frente às dificuldades apresentadas no tópico anterior, um docente que se preocupa com as particularidades dos seus alunos ou com a sua formação enquanto cidadão integral traz para suas aulas não apenas os conteúdos, mas também, até mesmo de uma maneira intrínseca, motiva e sensibiliza seus alunos, que logo também serão professores, a logo compreenderem a importância do processo educacional e construtivo dos seus educandos.

Desse modo, é importante também compreender que a educação tem sido compreendida, do final do século XX aos dias atuais como um dos elementos mais eficazes de transformação do ser humano e sociedade, bem como é também um grande desafio. Logo, educar e conscientizar os sujeitos em Direitos Humanos torna-se algo ainda mais desafiador. Entretanto, essa educação vem com a necessidade de não apenas “letrar” e alfabetizar o indivíduo, mas, sumariamente, tornar estes cidadãos mais sensíveis, capazes de refletir e agir sobre os acontecimentos ao seu redor, construindo-se como um ser ativo na sociedade.

Como nos traz Freire (2000), esses estudantes precisam, por meio da Educação em Direitos Humanos, tomar consciência do seu papel na sociedade:

Por grande que seja a força condicionante da economia sobre o nosso comportamento individual e social, não posso aceitar a minha total passividade perante ela. Na medida em que aceitamos que a economia ou a tecnologia ou a ciência, pouco importa, exerce sobre nós um poder irrecorrível não temos outro caminho senão renunciar à nossa capacidade de pensar, de conjecturar, de comparar, de escolher, de decidir, de projetar, de sonhar. (FREIRE, 2000, p. 55)

Porém, para que possamos entender a importância de educar em DH, é preciso compreender o processo histórico dessa modalidade, bem como a legislação que a assegura aos cidadãos.

A princípio, é importante lembrarmos como tem se dado esse processo de construção histórica do Brasil e o quanto, no decorrer deste processo, os Direitos Humanos têm sido violados. Ao refletirmos, podemos perceber que tais direitos essenciais vêm sendo corrompidos desde o período de colonização, quando, ao chegar no país, os colonizadores cometeram o genocídio dos povos que aqui habitavam e

mantiveram aprisionados em regime de escravidão os negros, tendo por finalidade a exploração trabalhista dos mesmos.

Desse modo, é possível afirmar que desde o período colonial, que durou trezentos e vinte e dois (322) anos, até o período da Ditadura Militar, que durou vinte e um (21) anos, os Direitos Humanos foram violados. Desta forma, assim como tal período foi marcado por um grande massacre para com os povos nativos, o período ditatorial, trouxe, além das mortes, a tortura, a privação de liberdade, a negação do direito a se expressar etc.

Sendo assim, fica explícita a importância de educarmos em Direitos Humanos de modo que todos compreendam que tal modalidade quer dizer, nas entrelinhas, que, ao conscientizar os sujeitos das violações sofridas cotidianamente, é possível educar para que tais barbáries não venham a se repetir. Segundo Zenaide (2014):

Educar para a paz e a democracia como um dos princípios da educação em direitos humanos, significa educar para o exercício da participação e do protagonismo social de modo a governar a cidade, promover o respeito de todos os povos ao desenvolvimento e a paz, prevenir a guerra nuclear e ambiental, a fome e a miséria no mundo, o uso de armas químicas, o retorno a golpes e ditaduras e ao terror. (ZENAIDE, 2014, p. 31)

Entretanto, a violação de direitos não foi fato isolado que se findou junto com a escravidão ou com a ditadura. As violações ainda são corriqueiras na sociedade. Vale também salientar que a realidade histórica e contemporânea do Brasil é marcada evidentemente por determinados grupos que tentam descaracterizar a luta pelos Direitos Humanos, a fim de manter seus privilégios. Nesse sentido, é necessário despertar a consciência das pessoas para suas responsabilidades como cidadãos, contribuindo para a modificação de suas ações, atitudes e posturas, podendo desenvolver e cultivar uma cultura de paz.

Segundo Bobbio (2004, p. 1), “Sem direitos do homem reconhecidos e protegidos, não há democracia; sem democracia, não existem as condições mínimas para a solução pacífica dos conflitos”. Ou seja, sem que haja direitos efetivados não há condições de existir uma sociedade que caminhe de forma pacífica, de modo que seus integrantes sejam capazes de reconhecer e respeitar também o outro.

Nessa perspectiva, entende-se que o professor tem papel primordial nesse fazer democrático, devolvendo a palavra ao cidadão para que assuma sua subjetividade. As

palavras de Freire (2014, p. 80-81) dialogam com essa assertiva, quando ele afirma que o aluno não deve ser formado para disseminar conteúdo em uma “concepção ‘bancária’ da educação, em que a única margem de ação que se oferece aos educandos é a de receberem os depósitos, guardá-los e arquivá-los”.

Entretanto, durante muito tempo, a Educação em Direitos Humanos não era algo debatido nas sociedades e nas legislações que regem a educação. Esse processo só passa a ocorrer a partir de 1948, quando tal tema é lançado no artigo 26, da Declaração Universal dos Direitos Humanos- DUDH, documento este que é um marco na história dos Direitos Humanos.

Elaborada por representantes de diferentes origens jurídicas e culturais de todas as regiões do mundo, a referida Declaração foi proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em Paris, em 10 de dezembro de 1948, como uma norma comum a ser alcançada por todos os povos e nações. A DUDH estabelece, pela primeira vez, a proteção universal dos Direitos Humanos e chama a atenção quanto ao fortalecimento do respeito pelas liberdades fundamentais como parte do direito à educação, de modo que o conhecimento diminuiria as violações bárbaras de direitos.

É proposta pelo Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos uma Educação em Direitos Humanos para o Ensino Superior, entretanto, esse ainda é um grande desafio,

pois são poucas as instituições que cumprem tal determinação. Percebe-se então que tal previsão está se implementando de maneira lenta. No que tange ao curso de Pedagogia, percebe-se que foi efetivado em algumas disciplinas, porém, em caráter optativo, o que faz com que muitos dos graduandos não cheguem a cursá-las, saindo da universidade sem ter a compreensão da importância de se educar em Direitos Humanos.(Brasil, 2014)

É importante salientarmos que a Universidade Federal da Paraíba, instituição onde foi desenvolvido o projeto, objeto de pesquisa deste trabalho, foi uma das pioneiras no processo de trazer os Direitos Humanos para o campo acadêmico, como caráter de extensão e também a nível de pós-graduação. Todavia, a temática ainda é pouco trabalhada.

No capítulo seguinte, traremos reflexões acerca de como surgiu o projeto PROLICEN, bem como o mesmo se desenvolveu. Além de trazer as experiências e memórias construídas neste, ressaltando sua contribuição para a formação docente.

2. EXPERIÊNCIAS E VIVÊNCIAS DO PROJETO PROLICEN/UFPB NAS SALAS DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UFPB: QUANDO A FORMAÇÃO TRANSFORMA

2.1. Memórias e histórias dos encontros realizados no Curso de Pedagogia/CE/UFPB

De acordo com Le Goff (2003, p. 419), a memória é entendida como “propriedade de conservar informações, remete-se, em primeiro lugar, a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passado”. Sendo assim, ao falarmos em memória, sabemos que não será uma tarefa tão simples, pois esta é de acesso exclusivo e particular de cada sujeito, sendo constituída de momentos bons que logo trazem o sentimento de felicidade ou que revelam momentos de dor, sofrimento e morte, trazendo sentimentos negativos ao indivíduo que chega a negar o seu acesso.

Desse modo, compreendemos que, ao pesquisarmos as contribuições trazidas pelo projeto *Educação em Direitos Humanos: construindo sujeitos de direitos no Curso de Pedagogia/CE/UFPB* nos anos de 2014 e 2015, logo estaríamos adentrando em um espaço desconhecido, que necessitava de muita cautela. E, por esse motivo, não podíamos contar com a certeza de termos acesso a tais memórias, nos sendo possível contar com nossa memória enquanto participante do projeto na condição de discente de Pedagogia no ano de 2014 e como parte do grupo de bolsistas e voluntários do projeto no ano de 2015.

É importante ressaltarmos que, mesmo ocupando um espaço acadêmico, a maioria dos graduandos das turmas em que se desenvolveu o projeto não sabia do que se tratava a temática de Direitos Humanos ou, em alguns casos, já havia escutado falar sobre a mesma, entretanto, assim como acontece com a maior parcela da sociedade, o que se ouvia falar anteriormente se dava de forma distorcida, ou seja, de uma maneira marginalizada.

Ao final do ano de 2014, ano em que fomos⁸ apresentados ao projeto, bem como à temática dos DH, lembramo-nos de conversas informais com colegas de turma, ressaltando que não percebíamos a sua importância, achando que não precisávamos falar de DH nas salas de aula, pois esta temática era vista de maneira distorcida. Essa postura mudou no decorrer do projeto, na medida em que despertamos a consciência da necessidade e da relevância do projeto para nossa formação.

Entretanto, para que possamos entender como o projeto chegou a esses sujeitos, é de suma importância fazermos uma retrospectiva acerca da história do mesmo até chegar às salas de formação de professores. Ao perceber o desconhecimento e a marginalização acerca da temática, bem como a importância de educar em/para os Direitos Humanos, houve o despertar e inquietação da Professora coordenadora, que logo foi apoiada pela Professora colaboradora. Partindo dessa problemática, a primeira escreveu o projeto intitulado *Educação em Direitos Humanos: Construindo sujeitos de direito nas salas de EJA* e o submeteu ao PROLICEN. Logo, dada a importância do projeto, o mesmo foi aceito, podendo assim ofertar bolsas remuneradas e não remuneradas para que pudesse ser efetivado.

A partir de um processo seletivo, por meio de entrevista, análise do coeficiente de rendimento do aluno – CRA e uma avaliação escrita, a referida professora selecionou a equipe que logo tiraria o projeto do papel e o levaria para as salas de EJA. Após tal seleção, deu-se início às reuniões semanais, que ocorriam em um dos espaços da própria universidade, geralmente no ambiente destinado aos professores. Durante essas reuniões, o grupo realizava estudos bibliográficos, assim como estudos de documentos oficiais que asseguram os direitos, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos - DUDH, bem como de documentos que regem a educação, como a Lei de Diretrizes e Bases – LDB, para que, assim, pudessem compreender a importância de educar os sujeitos em Direitos Humanos.

Compreendendo que esses sujeitos que compõem as turmas de EJA, são, em sua maioria, indivíduos que trazem consigo um histórico de direitos negados, pois a

⁸ Participamos do projeto *Educação em Direitos Humanos: construindo sujeitos de direito no curso de Pedagogia/CE/UEPB* em 2014, pertencendo à turma em que este era aplicado e, no ano de 2015, na condição de bolsista.

modalidade em si já é um espaço de pessoas que tiveram a educação negada na “idade certa”. Tal situação resulta na violação dos demais direitos, pois é sabido são indivisíveis e interdependentes, ou seja, quando um direito é violado, todos os outros também o são.

Assim, a educação em Direitos Humanos é vista como um mecanismo de empoderamento desses sujeitos, para que possam usufruir de seus direitos sociais, como afirma Candau et al. (2013):

O processo que procura potencializar grupos ou pessoas que têm menos poder na sociedade e que estão dominados, submetidos ou silenciados, em relação à vida e aos processos sociais, políticos, econômicos, culturais etc. (CANDAU et al., 2013, p. 38)

Desse modo, após os momentos de estudos e conversas na própria instituição, o projeto iniciou para seus momentos práticos. Estes momentos aconteceram em duas escolas de educação básica da rede pública municipal de João Pessoa, capital do estado, sendo elas a Escola Municipal de Ensino Fundamental Ministro José Américo de Almeida, localizada no bairro do José Américo, e a Escola Municipal de Ensino Fundamental Senador Ruy Carneiro, localizada no bairro de Mandacaru.

De acordo com uma das participantes da equipe, ao chegarem às salas de aula de EJA, o grupo logo expôs a temática a ser desenvolvida, buscando, em seguida, ouvir os sujeitos e as temáticas que gostariam de trabalhar, para que, assim, o grupo pudesse se reunir para escolher, estudar e estruturar a próxima intervenção. Compreendendo a importância do sentir-se parte, o projeto norteou-se partindo da metodologia freireana, através dos Círculos Dialógicos, que têm como objetivo inquietar os alunos a partir de suas vivências cotidianas, levando-os a analisar de forma reflexiva o mundo ao seu redor para, partindo desta reflexão, perceber sua possibilidade enquanto sujeito de interferir no mundo no qual se inserem.

Destarte, a realização do projeto nesses espaços, durante os anos de 2011 a 2013, resultou na educação e na formação de sujeitos reflexivos, capazes de compreenderem seus direitos e, assim, “brigar” pelos mesmos. Foi dessas mesmas salas de EJA, de alunos que antes só entendiam os Direitos Humanos, que a eles pertencem, como algo marginalizado, que surgiu a ideia de incluir tais momentos de reflexão nas salas

de formação de professores, pois, desse modo, estes seriam capazes de propagar uma educação sensível e humanizada em uma escala maior.

Partindo então desse pressuposto e levando também em consideração a deficiência na grade curricular do curso de Pedagogia quanto à Educação em Direitos Humanos, a Professora coordenadora, no ano de 2014, levou o projeto para as salas da universidade, passando a ser intitulado como *Educação em Direitos Humanos: construindo sujeitos de direito no curso de Pedagogia/CE/UEPB*, objeto de estudo desta pesquisa. É importante frisarmos aqui que o projeto acontecia em espaços de tempo reservados durante as aulas de História da Educação I e II, disciplinas lecionadas pela Professora orientadora no primeiro e segundo períodos do curso, no turno da noite.

Assim, o projeto seguiu para as salas de Pedagogia com as mesmas perspectivas, tendo por finalidade a sensibilização e a conscientização acerca dos direitos e deveres dos graduandos. Entretanto, agora com um desafio de atingir não apenas os sujeitos presentes naquelas salas, mas, despertar nestes a responsabilidade e a importância de educar seus futuros alunos em Direitos Humanos, fazendo com que haja a disseminação de uma cultura de paz, em que possam refletir acerca de seus direitos e deveres, bem como conviver em sociedade de forma harmônica.

Da mesma forma que os alunos da EJA possuem suas especificidades, os alunos do curso de Pedagogia da UEPB matriculados no turno da noite apresentam características peculiares, como o fato já citado de serem, em sua maioria, trabalhadores que saem direto de suas respectivas ocupações para as salas de aula, que chegam cansados e sentem dificuldades de absorver os saberes e conhecimentos ali oferecidos. Sendo assim, por vezes, o projeto, ao apresentar a temática, a EDH, já era tido como algo trivial ou fora do contexto educacional pelos sujeitos que ali estavam. Em suma, esses pensamentos e comentários aconteciam por causa da marginalização e da distorção da temática, fazendo com que os alunos já chegassem com um conceito formado sobre DH, sendo esta mais uma barreira a ser vencida pelo grupo, que estava sempre engajado em transformar esses pensamentos errôneos.

Assim como acontecia quando o projeto se aplicava nas turmas de EJA, o grupo continuava realizando as reuniões semanalmente para o contínuo estudo sobre a EDH,

bem como para articularem e organizarem as intervenções, como podemos ver nas imagens a seguir, com os integrantes reunidos em um dos espaços da própria universidade, no ambiente destinado aos professores do Centro de Educação, do qual o curso de Pedagogia faz parte.

Figura 1: Alunos bolsistas e voluntários realizando os estudos e preparando o material dos Encontros.



Fonte: Arquivo PROLICEN/2015

Como nas turmas de EJA, o projeto teve início com a coleta as temáticas que os alunos gostariam de trabalhar nos próximos encontros que, para alguns, geravam ansiedade e, para outros, indiferença. Dessa maneira, seguindo os Círculos de Cultura de Paulo Freire, as intervenções foram acontecendo e marcando os sujeitos que ali estavam de forma positiva, pois eles foram percebendo que a temática dizia respeito não somente aos direitos inerentes à pessoa humana e que a violação destes era recorrente, sendo negligenciados ou tratados de forma banal por falta de informação. Também percebiam que esses seres humanos eram eles mesmos, negligenciados cotidianamente em seus direitos.

Assim, pouco a pouco, a Educação em Direitos Humanos passou a despertar, na maioria da turma, um olhar sensível ao outro, além de perceber também a importância histórica desses direitos. Isso desperta o desejo de buscar mais e compreender desde quando e por que os nossos direitos são violados, bem como o quanto estão ligados de forma intrínseca com a história de nosso país.

Foi perceptível a mudança nos pensamentos e nas posturas de tais graduandos, fosse nas suas falas, e no seu interesse em conhecer mais sobre Direitos Humanos.

Desse modo, é importante ressaltarmos que, no ano seguinte (2015), a maioria desses alunos procurou a professora coordenadora demonstrando interesse em participar do projeto e

ser também um agente desse processo tão importante, desejando levar para o outro aquilo que lhe foi apresentado, e, assim, propagar uma educação pautada no respeito e na sensibilidade às diferenças do outro.

No decorrer do projeto, muitas intervenções aconteceram, todas de relevância fundamental para a formação dos pedagogos, formação não apenas no que tange ao campo profissional, mas, principalmente, no campo pessoal, pois, assim como os Direitos Humanos são indivisíveis, é impossível separar o pessoal do profissional ao tratarmos do processo de formação de outro.

No ano de 2015, ainda sendo intitulado *Educação em Direitos Humanos: construindo sujeitos de direito no curso de Pedagogia/CE/UEPB*, o projeto pôde realizar diversas intervenções trazendo abordagem de temáticas pertinentes ao cotidiano de todos, fazendo com que, assim, muitos tivessem acesso a momentos de reflexão acerca da realidade em que se inserem. Dentre as intervenções realizadas, algumas chamaram mais atenção dos educandos, bem como a nossa, enquanto parte do grupo de bolsistas e voluntários. É o caso de uma intervenção referente à parte prática do projeto no ano de 2015, ano este em que já fazíamos parte do grupo na condição de bolsista. Tal atividade aconteceu no dia 14 de outubro do ano de 2015, em uma quarta-feira, na turma de História da Educação II.

Para iniciar a referida intervenção, um dos integrantes do grupo apresentou cada um dos que compunham o grupo, bem como o próprio projeto, explicando sua história, seu objetivo, sua importância para a educação e a metodologia utilizada. Nesse primeiro momento, o objetivo do grupo era fazer compreender a Educação em Direitos Humanos como instrumento para combater as violações de direitos. Pautamo-nos na metodologia freireana, que é norteada por uma educação libertadora, partindo do pressuposto de que a sociedade atual é desafiadora para a profissão docente, visto que, em todos os dias, deparamo-nos com diversas situações em que precisaremos estar preparados para o enfrentamento dessa realidade. Assim, explicamos que os Círculos de Diálogos aconteceriam com o intuito de provocar indagações, bem como promover sensibilização e comprometimento com os Direitos Humanos.

Em seguida, retomamos a discussão acerca do filme *Olga* (2004)⁹, em que são apresentadas inúmeras cenas de violação aos DH. Desse modo, após a retomada do debate, foi apresentada pelo grupo uma proposta de dinâmica tendo como base as cenas do filme. A turma foi dividida em quatro grupos de cinco pessoas. Cada grupo sorteou um papel em que constava uma violação de direito, com um aluno, em forma de representação, fazendo mímicas de uma cena do filme, para que os grupos identificassem a violação de direito retratada. As violações abordadas na dinâmica foram desrespeito do direito à vida, à democracia, à liberdade de expressão e tortura.

Figura 2: Alunos da graduação e participantes do Projeto.



Fonte: Arquivo PROLICEN/2015.

Dentre os direitos trazidos a partir das cenas do filme, o direito mais debatido dentre os grupos foi o direito à vida e as inúmeras formas de violação da mesma, como o aborto, fazendo com que, assim, a temática escolhida para o próximo encontro fosse a legalização de tal ação. Destarte, no dia 4 de novembro do ano de 2015, realizou-se a intervenção a temática, que se iniciou com a apresentação de um vídeo que trazia uma problemática bem pertinente ao assunto. O vídeo tinha como título “O aborto em clínicas

⁹ Filme brasileiro que narra a história da militante alemã Olga Benário (1908-1942), que se apaixonou pelo líder comunista Luís Carlos Prestes (1898-1990). Esse filme faz parte do conteúdo programático da disciplina História da Educação II, por tratar da Ditadura-Vargas, assunto abordado no percurso histórico da educação brasileira.

clandestinas”. O mesmo apresentava a história de diversas mulheres que procuravam locais não legalizados para a realização de abortos, colocando suas vidas em risco.

O vídeo contava a história de diversas mulheres, entretanto, o grupo decidiu focar em apenas algumas, para que fosse possível a realização da simulação de um júri, no qual seriam julgadas, caso tivessem sobrevivido ao procedimento de aborto e o mesmo fosse descoberto. Após a apresentação da proposta, o grupo explicou como a dinâmica do júri se daria. Em seguida, a turma foi dividida e logo foram delegados o advogado de defesa e o promotor, que deveria fazer a acusação. Logo se formou o júri e toda a turma participou de forma incisiva e ativa.

Dentre as muitas falas, algumas marcaram a noite. A primeira foi a frase proferida pela aluna que estava fazendo o papel de advogada de defesa da moça. A mesma disse o seguinte:

O corpo é dela, e o poder sobre ele também. Ela pode decidir se quer ou não ter um filho. Não é ninguém que terá o direito de julgá-la e obrigá-la a utilizar o seu corpo para gerar uma criança que ela não tem estrutura para manter (CARVALHO et al, 2015, p. 18).

Logo em seguida, outra frase marcante foi proferida por outro aluno, este estava fazendo o papel de acusação, dizendo:

O corpo é dela, mas a vida que está sendo gerada dentro dela não pertence apenas a ela, pertence a ela e ao Pai, que também tem poder sobre essa criança. Além disso, mesmo sendo um feto, devemos sempre lembrar que já é uma vida (CARVALHO et al, 2015, p. 18).

Figura 3: Aluna da graduação participando da dinâmica



Fonte: Arquivos do PROLICEN/2015,

Dentre muitos momentos marcantes do projeto, esse foi, a nosso ver, um dos momentos mais marcantes, pois a participação ativa e consciente de toda a turma fez com que pudéssemos perceber que o projeto já estava começando a causar efeito, visto que tais sujeitos se comportavam de maneira diferente daquele primeiro momento em que o projeto foi apresentado.

Tais situações fizeram com que o grupo ficasse ainda mais motivado e, assim, passasse a se dedicar ainda mais no que diz respeito a uma educação pautada no conhecimento dos seus direitos e deveres frente à sociedade em que vivem.

Figura 4: Parte do grupo de bolsistas e voluntários do projeto.



Fonte: Arquivo do projeto PROLICEN/2015.

Após as intervenções, o grupo PROLICEN não apenas auxiliava na formação dos graduando, mas, estes se empoderavam ainda mais acerca da temática. E, ao ler e reler textos e documentos que embasam a educação em e para os Direitos Humanos,

todos afirmavam a responsabilidade de lutar por direitos que foram conquistados de forma tão árdua e que por vezes são negligenciados.

2.2. A construção dos sujeitos de direito nas turmas de Pedagogia/CE/UEPB

Quando falamos na formação de sujeitos de direito, logo nos referimos à formação de sujeitos reflexivos, capazes de pensar não apenas de forma individual, mas de forma

coletiva e empática quanto ao outro e seus direitos e deveres. Entretanto, para que esses sujeitos tornem-se conscientes disso, é imprescindível que haja uma educação em/para os Direitos Humanos. Todavia, esta não se dá de forma fácil, pois o nosso contexto histórico, bem como a conjuntura social na qual estamos inseridos, tende a descaracterizar o que de fato são os DH e para que e a quem são destinados, muito devido à multiplicação das violações destes direitos, algo pertinente aos dias atuais.

Desse modo, o processo de educar em Direitos Humanos tem como um dos desafios trabalhar a desmistificação dos preconceitos formados pela sociedade a partir de discursos de ódio e da marginalização dos DH, fazendo com que haja uma aversão dos sujeitos quanto à temática. É importante ressaltarmos que, quando não trazida a partir destes discursos errôneos, a efetivação desses direitos é realizada pelas elites e por pessoas que não reconhecem seus direitos, ou seja, pessoas que não têm acesso a estas informações, que são tidas como oferta de favores, com o governo ou o patrão sendo considerados “bonzinhos” por simplesmente oferecerem a seus funcionários condições dignas de trabalho, direito este garantido por lei desde a Declaração dos Direitos do Homem, de 1789.

Tal dever e direito são reafirmados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, que traz em seu artigo 23, parágrafo I: “Todo o homem tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego” (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 1948, s/p.). Entretanto, por falta de conhecimento acerca dos direitos que lhe são cabíveis continuamente, esse sentimento de gratidão pela efetivação de algo que é seu, bem como a reprodução marginalizada dos Direitos Humanos tem sido algo corriqueiro.

Frente a essas situações, o projeto *Educação em Direitos Humanos: construindo sujeitos de direito no curso de Pedagogia/CE/UEPB* parte do pressuposto de trazer à luz

os direitos que de fato são inerentes aos seres humanos, reconstruindo esses conceitos e, assim, despertando a importância de educar e sensibilizar os futuros educadores. Tudo isso parte do princípio de educar e sensibilizar esses sujeitos para que possam alcançar outros, propagando, dessa forma, uma educação para formar sujeitos capazes de se relacionar com o outro, construindo uma nova cultura de direitos, como ressalta Carbonari (2009):

Educar em direitos humanos é humanizar-se e pretender humanizar as pessoas e as relações. Isso porque os processos de educação em direitos humanos tomam a cada humano a partir de dentro e por dentro, em relação com os outros. Ora, educar em direitos humanos é promover a ampliação das condições concretas de vivência da humanidade. Nesse sentido, a educação em direitos humanos, mais do que um evento, é um processo de formação permanente; de afirmação dos seres humanos como seres de dignidade e direitos e da construção de uma nova cultura dos direitos humanos. [...] (CARBONARI, 2009, p. 141).

Assim, durante o período de realização do projeto nas salas de aula de primeiro e segundo períodos do curso de Pedagogia, essa educação foi sendo construída pautada nos círculos de cultura de Paulo Freire, nos quais os alunos foram levados a se questionar acerca do que para eles são direitos humanos e, logo em seguida, foram apresentados ao que, de fato, são estes direitos. Logo era despertada nesses sujeitos a curiosidade em conhecer os direitos que foram conquistados por lutas sangrentas e que, de maneira por vezes silenciosa, vinham sendo violados.

Desse modo, pouco a pouco, o projeto foi trazendo a consciência acerca da responsabilidade de cada um enquanto sujeito de direito, de batalharem pela sua efetivação, sabendo que, quando um direito é violado, todos os demais também o são. Além dessa conscientização acerca do papel individual, foi despertado também a sensibilização no que tange ao convívio social, fazendo com que fique claro que, quando um silencia ao ver o direito do outro ser violado, logo também terá os seus direitos atingidos, já que os direitos foram construídos historicamente e a violação calada destes significa um retrocesso para toda a sociedade.

Sendo assim, percebemos que, a partir do desenvolvimento do projeto, a EDH foi concebida e desenvolvida como parte do processo educativo, bem como contribuiu para o desenvolvimento da autonomia dos sujeitos e o exercício da cidadania. A cada encontro e Círculo de Diálogo realizado, podíamos perceber, nas falas de cada sujeito, o

quanto o projeto contribuiu de forma qualitativa para a formação de futuros professores sensíveis e conscientes de seu dever em educar para a cidadania, começando por sua própria formação enquanto parte dessa sociedade.

Salientamos aqui que o projeto serviu como uma ferramenta de sensibilização e despertar críticos de grande parte dos alunos, que se permitiram conhecer mais sobre os direitos humanos e puderam se desfazer dos preconceitos previamente formados acerca

da temática, percebendo, assim, que os Direitos Humanos contemplam os sujeitos de direito e não é um instrumento de defesa e proteção aos “bandidos”, fazendo com que possamos nos aproximar do princípio que norteia EDH.

Destarte, destacamos a importância do projeto para a formação e construção de sujeitos de direito no curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba, fazendo os alunos se apropriarem de ferramentas de combate à violação dos direitos, bem como sensibilizando-os acerca da importância de um exercício cidadão consciente, a partir da Educação em Direitos Humanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto Intitulado *Educação em Direitos Humanos: construindo sujeitos de direitos no curso de Pedagogia/CE/UFPB* se realizou de forma a contribuir com a formação de sujeitos de direitos nas turmas de graduação do curso de Pedagogia, pautando-se em ações afirmativas e tendo como finalidade o fortalecimento no combate às desigualdades, às injustiças, bem como à violação dos Direitos Humanos, além de conscientizar os futuros educadores acerca de seu papel fundamental na disseminação de uma educação empática, capaz de melhorar o convívio e as relações sociais.

Constatamos que os alunos do primeiro e do segundo períodos do curso de Pedagogia, no turno da noite, têm algumas especificidades, fazendo-se necessário um olhar mais sensível quanto aos mesmos, bem como trazem consigo conceitos pré-formados acerca da temática dos Direitos Humanos abordada pelo projeto. Desse modo, antes de educar em DH, estes sujeitos precisavam construir e desconstruir seus conceitos para que, assim, pudessem ser sensibilizados com a temática.

Nessa perspectiva, a metodologia utilizada pelo projeto foi a realização dos Círculos de Cultura freireanos, em que os graduandos podiam se colocar, sem que houvessem pré-julgamentos, podendo, desse modo, sentir-se parte importante do processo. Partindo desse pressuposto, esses alunos passavam a analisar de forma reflexiva as violações sofridas e, assim, compreenderam seus direitos bem como a necessidade da luta para a efetivação dos mesmos.

Logo, foi possível perceber, no decorrer da pesquisa, a real importância de educar em Direitos Humanos. Essa proposta traz contribuições a todos os sujeitos envolvidos, pois, a partir da troca de experiências, os conhecimentos são construídos com a participação de todos.

Também se torna de suma importância refletir acerca das contribuições trazidas pelo Programa de Licenciaturas - PROLICEN para a elevação qualitativa dos cursos de Licenciatura, principalmente no curso de Pedagogia. Os subsídios fornecidos por esse programa possibilitam a permanência de muitos graduandos nos projetos de extensão, bem como nos referidos cursos.

Portanto, podemos considerar que esta pesquisa trouxe contribuições para a história e a memória de um projeto de fundamental importância para a formação de futuros educadores mais sensíveis ao outro, bem como no que se refere ao fortalecimento de uma efetivação da cidadania.

Compreendemos então a Educação em Direitos Humanos como instrumento de relevância para a constituição de uma sociedade consciente de seus direitos e deveres, que passará a não mais sofrer violação de seus direitos de forma passiva, tornando-se consciente do valor que cada direito tem, bem como da construção dele.

É preciso conscientizar o educador para que desperte em seu alunado a consciência para o exercício da cidadania, preparando-se para melhorar a sociedade na qual está inserido, preocupando-se com o outro, lutando pelo reconhecimento das diferenças e pela igualdade, como ressalta Santos (2003):

Temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades. (SANTOS, 2003, p. 56).

Desse modo, quando se fala em educar em Direitos Humanos, também se fala em educar para a cidadania, em que o aprendizado deve estar ligado à vivência do valor da igualdade em dignidade e direito para todos, visando à formação de sujeitos críticos e emancipados, preocupados com a violação dos direitos humanos.

Educar em Direitos Humanos é educar para o nunca mais: o nunca mais sofrer violações e torturas, o nunca mais manter-se inerte, por desconhecimento de seus direitos. É educar também para o respeito, para a solidariedade e para a dignidade humana. Com essa formação, certamente, os futuros docentes serão seres humanos e educadores melhores e mais sensíveis.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Ana Luisa Nogueira et al.. **Políticas de Currículo e o cotidiano da escola:** a experiência do Programa de Apoio as Licenciaturas (PROLICEN) da Universidade Federal da Paraíba e seus desafios no processo de formação docente. 2011. Disponível em: <<http://gtcurriculote2011.wordpress.com/2011/09/13/politicas-de-curriculo-ocotidiano-da-escola-a-experiencia-do-programa-de-apoio-as-licenciaturas-prolicen-daniversidade-federal-da-paraiba-e-seus-desafios-no-processo-de-formacao-docente/>>. Acesso em: 18 abr. de 2019.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos.** Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas emendas Constitucionais de Revisão no 1 a 6/1994. 2010. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/con1988_13.07.201/art_2shtm>. Acesso em: 18 abr. de 2019.

CANDAU, Vera Maria et al. **Educação em direitos humanos e formação de professores(as).** São Paulo: Cortez, 2013.

CARBONARI, Paulo César. Sujeito de direitos humanos: questões abertas e em construção. In.: SILVEIRA, Rosa Maria G. et al (Orgs.). **Educação em Direitos Humanos:** fundamentos teóricos-metodológicos. João Pessoa: Editora Universitária, 2007.

DALLARI, Dalmo de ABREU. Um breve histórico dos direitos humanos. In: CARVALHO, José Sérgio. (Org.). **Educação, cidadania e direitos humanos.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2014

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm>. Acesso em 18 abr. de 2019.

ESCARIÃO, Glória. **Conversa informal sobre o programa das licenciaturas PROLICEN.** João Pessoa: EdUFPB, 2014.

FERNANDEZ, Mónica Beatriz et al. **Cultura e educação em Direitos Humanos na América Latina:** Linha do tempo da educação em direitos humanos na América Latina. João Pessoa: EdUFPB, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. (Coleção o Mundo Hoje, v. 21)

_____. **Pedagogia da indignação**. Cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo. Editora UNESP, 2000.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Trad. Bernarda Leitão (et al). Campinas: UNICAMP, 2004.

CARVALHO et al. RELATÓRIO PROLICEN. **História e Memórias do Projeto PROLICEN UFPB 2012: construindo sujeitos de direito nas salas de EJA**. Curso de Pedagogia/CE/UFPB. João Pessoa: 2014.

CARVALHO et al. RELATÓRIO PROLICEN. **Educação em Direitos Humanos: construindo sujeitos de direito no curso de Pedagogia/CE/UFPB**. Curso de Pedagogia/CE/UFPB. João Pessoa: 2015.

CARVALHO et al. RELATÓRIO PROLICEN. **Educação em Direitos Humanos: construindo sujeito de direito no curso de Pedagogia/CE/UFPB**. Curso de Pedagogia/CE/UFPB. João Pessoa: 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

UFPB. **Projeto político-pedagógico**. Curso de graduação em Pedagogia. Centro de Educação. João Pessoa: 2006. Disponível em: <<https://sigaa.ufpb.br/sigaa/verProducao?idProducao=467908&key=ebfbad305e5ac92ac69679ac833a5361>>. Acesso em: 18 abr. 2019.

ANEXOS